

**DECLARAÇÃO SINDICAL INTERNACIONAL DE
PITTSBURGO
24-25 de Setembro de 2009**

Síntese

1. Os líderes do G20 reúnem-se em Pittsburgh, entre relatórios de que a recessão global estará a atingir o seu ponto mais baixo, que o declínio predominante da produção no que respeita à maioria das economias mais fortes está a abrandar e que os governos estão mesmo a preparar as suas estratégias para o corte das medidas de estímulo fiscal. Ora isto seria perigosamente prematuro. A perspectiva da retoma, que ainda é incerta, é na melhor das hipóteses tímida e o abrandamento do declínio é devido quase exclusivamente às medidas de relançamento dos governos. Até à data, não se vislumbram sinais seguros de uma recuperação auto-sustentada.
2. Além do mais, relativamente ao desemprego, o pior ainda está para vir. A experiência das crises passadas mostra, claramente, que o desemprego é um indicador sempre desfasado da retoma, com as últimas previsões a apontarem para altos níveis de desemprego até 2011, inclusive. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que o total de desempregados deverá atingir em todo o mundo, até ao final do ano, 59 milhões. O desemprego nos países da OCDE deverá quase duplicar nos próximos dezoito meses e continuará a subir, com percentagens de dois dígitos durante o ano de 2011. Mais de duzentos milhões de trabalhadores poderão ser vítimas de situações de extrema pobreza, a maior parte dos quais nos países em desenvolvimento e nos países emergentes onde a rede de protecção social é fraca ou inexistente, tendo como consequência que o número de trabalhadores pobres no mundo poderá aumentar para os 1,4 mil milhões.
3. O desemprego representa actualmente a maior ameaça para a retoma. É imperativo que os países do G20 mantenham e reforcem as medidas fiscais de incentivo à economia até se alcançar uma verdadeira recuperação económica. Ao mesmo tempo, os governos do G20 devem tomar medidas imediatas para financiar o crescimento da dívida pública através de reformas fiscais progressivas, em lugar de implementar planos de austeridade. O que permitiria transferir o custo para as empresas e para os seus dirigentes, os primeiros responsáveis pela crise, em vez de sobrecarregar os trabalhadores – as vítimas inocentes. As medidas a tomar deveriam incluir a criação de uma taxa mundial sobre as transacções financeiras internacionais de curto prazo.

4. Finalmente, os líderes do G20 devem garantir que não existe um regresso “aos negócios do costume”. Tendo em conta que esta crise foi precipitada pelo colapso da bolha imobiliária nos EUA e propagada por uma especulação financeira irresponsável, as principais causas encontram-se nos desequilíbrios económicos e das políticas governamentais neo-liberais das últimas três décadas, que impediram que os frutos do crescimento fossem distribuídos pelos trabalhadores. É tempo de tirarmos as conclusões desta crise e de construirmos um futuro mais justo e mais sustentável.
5. A Cimeira do G20, em Pittsburgh, deve prioritariamente, ser a “Cimeira do Emprego” a fim de enfrentar esta profunda crise mundial do emprego. O movimento sindical internacional apela aos líderes para que estabeleçam um plano de coordenação global para o relançamento do emprego que responda aos seguintes desafios:
 - **Emprego, a primeira prioridade:** os membros do G20 devem tomar medidas imediatas para implementarem os compromissos de Londres a favor de maiores estímulos fiscais, assegurando que o enfoque principal se concentre na manutenção e criação de emprego, providenciando uma protecção social adequada e investindo na “*economia verde*”. Deverão organizar uma reunião de âmbito ministerial, envolvendo os parceiros sociais, com o objectivo de analisar o impacto sobre o emprego. Os líderes do G20 precisam de constituir um Grupo de Trabalho para o Emprego e de subscrever e implementar, a nível nacional, o Pacto Global para o Emprego negociado pela OIT. É urgente dar passos no sentido de responder ao crescimento do desemprego jovem; (§8-18)
 - **Impulsionar a reforma do sistema financeiro:** os membros do G20 devem servir-se da sua posição de grandes accionistas dos bancos para implementarem os compromissos assumidos na Cimeira de Londres e regularem de novo o sistema financeiro. Devem tomar medidas urgentes para resolver o problema da insolvência dos bancos nos EUA e na Europa, das remunerações dos dirigentes, acabando com os inadmissíveis “bónus”. Os governos do G20 deverão também proceder a reformas fiscais de combate aos paraísos fiscais que estabeleçam uma reforma progressiva a nível dos impostos, contra a arbitragem fiscal e pela criação de uma taxa mundial sobre as transacções financeiras para financiar a dívida pública causada pelo combate à crise; (§19-24)
 - **Responder ao Impacto da Crise sobre o Desenvolvimento:** é necessária uma ajuda para incremento dos programas nos países em desenvolvimento de acordo com os compromissos do G20 na Cimeira de Londres. As Instituições Financeiras Internacionais (IFI) devem pôr cobro a normas estruturais mal orientadas e permitir aos países em desenvolvimento disporem do espaço político necessário à implementação de programas reais de relançamento. Os países do G20 devem empenhar-se, a nível internacional, em reformas que permitam reduzir a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento à instabilidade e à crise, em cooperação com o Grupo de Trabalho Ad Hoc da Assembleia-geral das Nações Unidas sobre a Crise Económica e Financeira Mundial e o seu Impacto sobre o Desenvolvimento; (§25-29)

- **Alterações Climáticas:** os líderes do G20 deverão facilitar um acordo ambicioso na Conferência dos Estados (COP) em 2009, em Copenhaga. Devem comprometer-se a reduzir as emissões de CO2 e a promover os “Empregos Verdes”, suportar os custos da adaptação nos países em desenvolvimento e adoptar o conceito de “transição justa” de forma a proteger os trabalhadores na mudança para uma “economia verde”, conceito especificado no texto de negociação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC). (§30-34)
6. Os líderes reunidos na Cimeira de Pittsburgh deverão também reunir a vontade política necessária para uma ruptura com as políticas do passado, assegurando que não há retorno aos “negócios do costume” e:
- **Construir um novo modelo para uma economia equilibrada:** a acção política deve constituir o suporte de um novo modelo de desenvolvimento que seja economicamente eficiente, socialmente justo e ambientalmente sustentado. Este modelo deverá reequacionar a relação entre a intervenção do Estado e as forças do mercado na economia global, entre a economia financeira e a economia real, entre trabalho e capital, entre países com superavit e países deficitários e entre países industrializados e países em desenvolvimento. Acima de tudo, deverá terminar com as políticas que geraram profundas desigualdades entre os países nos últimos vinte anos e que estão na base da actual crise. Uma mais justa retribuição da riqueza é a única saída sustentável para a crise – e a única forma de restaurar a confiança dos trabalhadores nos sistemas económicos e financeiros.
 - **Melhorar a governança mundial:** os governos do G20 devem concluir a elaboração da Carta para uma Actividade Económica Sustentada e as Normas Globais sobre Propriedade, Integridade e Transparência. A Carta deverá incorporar a Agenda da OIT sobre o Trabalho Digno: direitos no trabalho, oportunidades de emprego e de salário; direito à protecção e à segurança social e diálogo social e tripartismo. A nível global, as IFI devem empenhar-se no diálogo com os sindicatos através de uma estrutura formal de consulta. (§39-41)
7. No entanto, os sindicatos e os trabalhadores/as que representamos não confiam que, desta vez, os governos e os banqueiros consigam actuar correctamente. É essencial que a voz dos trabalhadores dos países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento, seja ouvida nas discussões do G20. As organizações sindicais internacionais (Global Unions) estão prontas a desempenhar o seu papel na construção de um futuro mais viável, justo e sustentável para a economia mundial. As organizações sindicais devem ter lugar à mesa das negociações.